

Reflexão sobre os caminhos do património tangível no pós-pandemia

Patrícia Brum | Secretária-geral do ICOMOS PT

Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

Artigo 3.º da Lei n.º 107/2001

O património cultural é entendido como um bem que deve ser legado, constituindo assim um factor de paz, união e coesão social intra e inter-geracional. A maioria de nós não tem dúvidas sobre o benéfico papel que o património terá no futuro. E quando questionados sobre a sua importância é frequente utilizarmos o argumento de que o protegemos “para as gerações futuras”, e na nossa mente surgem até imagens de crianças e jovens, que representam esse futuro para o qual trabalhamos. No entanto, com a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida, tudo indica que teremos uma população mais envelhecida. Será que sabemos para que futuro trabalhamos? Não estaremos a alicerçar a protecção do património em suposições sobre um futuro que pouco estudámos e/ou planeámos?

A

este futuro que constantemente se altera, juntemos ainda as incertezas que nos trouxe o exemplo da crise pandémica. Com o surto de Covid-19, simultaneamente somos obrigados a viver mais afincadamente o presente e ansiamos ainda mais pelo futuro, um futuro pós-pandémico, com a retoma das realidades que conhecíamos anteriormente, mas também com novas prioridades.

Hoje, como sempre na conservação, a questão que se coloca é: como integrar a mudança no património? Como podemos planear agora o que necessitaremos no futuro? Começa a surgir no Norte da Europa o conceito de “Heritage Futures”, entendido como o papel do património na relação entre as sociedades presentes e as futuras e que foi traduzido para português como “patrimónios futuros” por investigadores do outro lado do Atlântico (Holtorf e Muniz, 2020), ainda que não de forma consensual. A Cátedra UNESCO da Universidade de Lineu, de 2017, dedicada ao tema, publicou recentemente o livro *Cultural Heritage and the Future* (Holtorf e Högberg, 2020), no qual se apresenta esta lacuna no estudo do património e tratando temas teóricos e práticos num debate que se pretende multidisciplinar.



Mas o verdadeiro risco que a pandemia expôs foi o medo da perda de relação das pessoas com o património. A pandemia intensificou e acelerou algumas das tendências que se vinham a identificar.

Os meios digitais, por exemplo, ganharam muito maior relevância. Ficámos mais distantes, mas paradoxalmente também mais próximos daqueles que estão mais distantes fisicamente.

Enquanto alguns temeram a substituição da visita física pelos meios virtuais, por outro lado houve um investimento no registo virtual de alguns monumentos e na sua divulgação, que os tornou mais acessíveis a quem tem a possibilidade da sua utilização.



É certo que o futuro é difícil de prever, mas há já tendências e temas que nos preocupam, e que é expectável que se mantenham no futuro. A crise climática, por exemplo, tem afectado o mundo em geral e o património em particular (*vide* n.º 64 desta revista). As alterações climáticas potenciam o desaparecimento físico de sítios arqueológicos, entre outros, e são apenas um dos muitos riscos a considerar na sua gestão. Responde-se, por vezes, com a “conservação pelo registo”, conforme referido na lei, assumindo com frequência que não conseguiremos impedir a sua perda, mas que não deixaremos que se perca em absoluto o seu conhecimento.

Nas diversas listas de risco existentes estava já também incluída a questão pandémica. Se classificássemos apenas o impacto directo da emergência sanitária, pedras e fragmentos de cerâmica não correriam, de facto, riscos. Porém, na realidade, a situação actual veio mostrar que uma pandemia também põe em risco o património. Com o afastamento físico de equipas de terreno, trabalhos de investigação e de manutenção, tais como o controlo da vegetação, foram adiados. E assim os riscos da pandemia para o património tangível se tornaram mais reais e efectivos, já que “Negligência e/ou falta de uso e manutenção são muitas vezes fonte de possível deterioração ou destruição.”, conforme referido no recém-publicado relatório do ICOMOS (Heritage at Risk 2016-2019, p.9). O ICOMOS criou ainda um grupo de trabalho

específico para analisar o impacto da pandemia no património e fez um inquérito a todas as Comissões Nacionais (Kono *et al.* 2020).

Mas o verdadeiro risco que a pandemia expôs foi o medo da perda de relação das pessoas com o património. A pandemia intensificou e acelerou algumas das tendências que se vinham a identificar. Os meios digitais, por exemplo, ganharam muito maior relevância. Ficámos mais distantes, mas paradoxalmente também mais próximos daqueles que estão mais distantes fisicamente. Enquanto alguns temeram a substituição da visita física pelos meios virtuais, por outro lado houve um investimento no registo virtual de alguns monumentos e na sua divulgação, que os tornou mais acessíveis a quem tem a possibilidade da sua utilização. E nunca se tinham organizado tantos debates virtuais, com tanta e tão diversa participação, resultando em eventos que reúnem agora pessoas de diferentes continentes, sem necessidade de deslocações.

Quando terminou o primeiro confinamento, foi possível reabrir os espaços culturais em segurança, tendo inclusivamente sido criado o selo “Clean and Safe”, pelo Turismo de Portugal, que abrangeu monumentos e museus, além dos demais espaços turísticos. E assim voltaram os visitantes, tendo-se assistido a uma maior participação dos públicos nacionais, que em alguns casos equilibraram o menor número de visitantes estrangeiros, assim foi o caso, por exemplo, nas Ruínas Romanas de

Troia. Seria bom podermos dizer que passámos a conhecer-nos melhor.

Talvez nem tudo tenha sido negativo neste momento de ameaça sanitária. Alguns espaços passaram a ter limites nos seus números de visitantes, ao invés de serem avaliados pelo sistema quantitativo de “quanto mais melhor”. Contudo, falta ainda encontrar novas soluções para uma avaliação qualitativa das experiências dos visitantes e do desenvolvimento da sua conservação e investigação.

Com o turismo em crise, teremos agora oportunidade de encontrar novos usos para o património, porventura mais sustentáveis. A sustentabilidade era já palavra de ordem no mundo presente, tal como se alertava em 2016 nesta revista (*vide* n.º 60 da *Pedra & Cal*), onde se discutia o património e o futuro, e se dizia que estávamos perigosamente perto de esgotar recursos não apenas no património natural, mas também cultural, um recurso que, relembre-se, ao contrário do primeiro, é muitas vezes não renovável e absolutamente insubstituível.

Na agenda para 2030 da ONU identificam-se 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS), não tendo sido individualizada a cultura como um objectivo isolado, mas antes sendo considerada um factor transversal a todos os objectivos. Ainda assim, destaca-se o ponto 4 do objectivo “11. Cidades e comunidades sustentáveis”, onde o património é

“

Talvez nem tudo tenha sido negativo neste momento de ameaça sanitária. Alguns espaços passaram a ter limites nos seus números de visitantes, ao invés de serem avaliados pelo sistema quantitativo de “quanto mais melhor”. Contudo, falta ainda encontrar novas soluções para uma avaliação qualitativa das experiências dos visitantes e do desenvolvimento da sua conservação e investigação.

”

visto como motor e impulsionador de sustentabilidade. Durante a pandemia, foi publicada uma declaração para que a cultura possa realizar o seu potencial na resposta à crise, reconhecendo-se, integrando e suportando os desafios culturais na planificação do recomeço (campanha #CULTURE2030GOAL).



Já a Convenção de Faro, adoptada em Portugal em 2008, nos falava de sustentabilidade e de comunidades patrimoniais. E não devemos esquecer que o património intangível, mais permeável, é indissociável dos futuros do património tangível, e teve também as suas perdas, conforme referido no Relatório do ICOMOS (Kono *et al.* 2020). Os patrimónios que não se revelarem sustentáveis, não sobreviverão, já o sabíamos antes. Mas de

que forma o património pode ser sustentável cultural, ambiental, económica e socialmente seria todo um outro tema a tratar (veja-se, por exemplo, Sabou, 2012).

QUE PAPEL PODERÁ E DEVERÁ O PATRIMÓNIO TER NO FUTURO?

Há mais perguntas que respostas, mas temos agora a oportunidade de mostrar que se vive melhor com património e, também por isso, ele tem de ser protegido. Devemos abraçar a mudança do mundo que está para vir, sem menosprezar o caminho que já se traçou até aqui. Penso que a melhor resposta é ligar o património às pessoas, para que sejam estas a escolher o que urge preservar, pois mais dificilmente perdemos aquilo que achamos importante. Este será um difícil exercício, para o qual a educação é fundamental, pois para fazermos escolhas temos que estar bem informados.

Este momento de pausa deve ser capitalizado como um momento de reflexão, no qual podemos corrigir a rota e aproveitar para tentar não repetir os erros do passado. **O património, para além de nos ensinar sobre o passado, será sempre uma ferramenta de futuro ■**

BIBLIOGRAFIA

- Cameron, C. (2010) The unnatural history of heritage: what's the future for the past?, *Journal of Heritage Tourism*, 5:3, 203-218, DOI: 10.1080/1743873X.2010.505289
- Campagne Culture2030Goal (2020), "Pour que la culture réalise son potentiel dans la réponse à la pandémie de COVID-19", publicado em Barcelone, Brazzaville, Bruxelles, Buenos Aires, Montréal, Paris e La Haye, a 20/04/2020
- DeSilvey, C. (2017) *Curated Decay. Heritage Beyond Saving*. Minneapolis: University of Minnesota Press
- Holtorf, C., & Högberg, A. (2020) *Cultural Heritage and the Future* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315644615>
- Holtorf, C.; Muniz, T. (2020) "Cultural heritage building up future thinking." *Cadernos do Lepaarq*, v. XVII, n.º 34, p. 337-344
- ICOMOS (2020) *Heritage At Risk World Report 2016-2019 On Monuments And Sites In Danger* http://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/icomos_Heritage%20at%20Risk_hr20_2016_2019.pdf
- Kono, T. (ed.), Adetunji, Olufemi, Jurčys, Paulius, Niar, Sanaa, Okahashi, Junko and Rush, Virginia (2020) *The Impact of COVID-19 on heritage: an Overview of Responses by ICOMOS National Committees (2020) and Paths Forward*. ICOMOS
- Sabou, G. (2012) "Sustainable Heritage Management - a Matter of National Policies Congruence", *International Journal of Economic Practices and Theories*, Vol. 2, N.º 3, 2012 (July), e-ISSN 2247 – 7225

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.